

Foucault e Latour – a Revolução copernicana da historiografia: por uma desnaturalização dos objetos (o caso da história das doenças)

Antonio Nelorracion Gonçalves Ferreira, UFC¹

Resumo

Este artigo analisa as contribuições do filósofo Michel Foucault e do sociólogo Bruno Latour na renovação do conhecimento histórico através de uma perspectiva radical que leva a desnaturalização dos objetos no processo do conhecimento. Por meio da abordagem de um campo específico, como o da história das doenças, demonstraremos a originalidade desses pensadores transversais e suas contribuições na produção de novos conceitos e métodos para o ofício do historiador.

Palavras-chave: História; Doença; Conhecimento.

Abstract

This paper analyses the contributions of the philosopher Michel Foucault and of the sociologist Bruno Latour in renewal of historical knowledge through a radical perspective which leads to the denaturalization of objects in the process of knowledge. Through the approach of a specific field, such as the History of diseases, we will demonstrate the originality of these transversal thinkers and their contributions in the production of new concepts and methods for the work of the historian.

Keywords: History; Disease; Knowledge.

Já faz um tempo (desde o início do século XX) que o apelo/desejo dos pais “fundadores” dos *Annales*, Febvre e Bloch, na tentativa de realização de uma história total, inspirou grande parte dos historiadores ao redor do mundo, expandindo o campo temático e metodológico da história. Assim se buscou fazer uma história da morte, uma história das crianças, uma história do psiquismo, uma história da loucura², e até mesmo uma história (porque não dizer histórias) de tudo aquilo que à primeira vista era desprovido de historicidade.

Com o corpo e as doenças não foi muito diferente. E assim logo se pretendeu historicizar o fenômeno patológico³. Isso seria alcançado não simplesmente restituindo e elaborando a contagem dos fatos patológicos no tempo e no espaço, como era de praxe numa história natural da morbidade, onde se perseguia o destino particular de cada doença; deixando, na maioria das vezes, o homem em seus limites, e na qual o protagonismo histórico cabia as diversas

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista CAPES. Email: nelorracion@yahoo.com.br

² Sobre a influência da Escola dos Annales no conhecimento histórico, ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

³ Para uma introdução à historicização das doenças, do corpo, ver: REVEL, Jacques & PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 141-159.

enfermidades; nem tampouco constituindo uma história nosológica, cujo objetivo principal era prestar louvor aos grandes feitos dos heróis da ciência médica prestados à humanidade⁴; mas através de uma história da doença e da saúde que levasse em conta as esferas sociais, políticas, econômicas em suas diversas relações.

A história da saúde e da doença

Pensando a doença como fenômeno social – como uma construção –, diversos pesquisadores passaram a investigar as relações existentes entre os elementos científicos, sociais, políticos em diversas temporalidades e locais, buscando enfatizar os significados e os sentidos que os grupos, as coletividades e os indivíduos deram as entidades fisiopatológicas – as doenças. Por esse viés se ressaltava a doença como um amálgama biossocial, fundamental para o vislumbre dos problemas econômicos, sociais e políticos. Alguns historiadores deram ao fenômeno patológico o estatuto de uma espécie de ângulo privilegiado na investigação e na leitura da sociedade, onde “[...] o acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma” (REVEL & PETER, 1995, p. 144).

Uma diversidade de perspectivas foi (e ainda é) aplicada ao estudo tanto da saúde como das doenças: o olhar da história social, privilegiando a perspectiva do enfermo no processo de adoecimento, enfatizava suas dores, suas angústias, sua solidão, ou melhor, sua percepção da saúde-doença; a história política do corpo, percebendo este também como um efeito das relações de forças que perpassavam o social, fazia uma crítica aos mecanismos de controle das instituições; a história cultural, cujo enfoque tentando ressaltar o papel dos símbolos, das crenças e das representações, trazia à tona como os sentidos e significados transformavam fenômenos patológicos em fenômenos sociais. Em meio a toda essa diversidade de abordagens e metodologias encontra-se um ponto comum, principalmente entre os historiadores brasileiros, que seria conceber a doença (pelo seu viés social) como uma espécie de “significante” fixo à espera dos diversos sentidos e significados⁵. Assim, embora em todas essas abordagens se fale em construção, em constituição social do fenômeno mórbido, esse caráter histórico fica restrito ao termo do sujeito (da relação sujeito-objeto). Ao analisar as percepções, as sensações, as

⁴ Sobre esses tipos de história realizados no Ceará, ver respectivamente: STUDART, Guilherme de. **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997; LEAL, Vinícius Barros. **História da medicina no Ceará**. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1979.

⁵ Sobre diversos exemplos dessas perspectivas, ver: NASCIMENTO, Dilene Raimundo & CARVALHO, Diana Maul de. **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

compreensões, as atitudes dos sujeitos, dos indivíduos ou das pessoas em relação ao objeto (nesse caso específico a doença), este termo aparece como um a priori, como um dado (o fenômeno biológico) recebendo diferentes interpretações ao longo do tempo e do espaço.

Sem desmerecer os méritos e os avanços analíticos e políticos trazidos por essas abordagens é preciso ir mais além. É necessário historicizar os objetos, desnaturalizá-los. Isso parece óbvio, imanente ao métier do historiador. Entretanto, ao nos depararmos com as produções históricas e historiográficas na área da saúde e da doença, recorrentemente vemos violado o princípio que Lucien Febvre – no começo do século XX, ao tentar erigir o edifício historiográfico dos *Analles*, em seu confronto com o positivismo de Seignobos e Langlois – formulava e que servia também como um alerta aos historiadores: “[...] as designações retrospectivas e classificatórias encerram contra-sensos e traem a vivência psicológica e intelectual antiga [...]” (CHARTIER, 2002, p. 26-27). Seguindo esse princípio, Febvre ao analisar determinadas interpretações no âmbito da história das religiões, proferia:

[...] designado com o próprio nome de reforma, no início desse século (o século XVI), o esforço de renovação religiosa de reforma, de renascimento cristão de um Lefèvre e de seus discípulos, já não deformamos, interpretando-a, a realidade psicológica de então? [...]. (CHARTIER, 2002, p. 27)

Essa análise de um caso particular era o sintoma de uma preocupação geral do historiador francês no uso de certas tipologias na investigação de épocas passadas. A lucidez desse pensador foi perceber que, embora toda interpretação histórica seja uma traição das realidades (e que para alguns também já se constitui uma criação através da imaginação histórica), alertar-nos para os usos e abusos de certos conceitos e categorias contemporâneas (que ganham o “status” de universal), funcionando dessa forma como juizes do passado; desconsiderando, pois, realidades outras, homens diversos, e outras experiências sociais, quando não as pervertendo ou destruindo-as completamente.

A perspectiva psicológica e psiquiátrica da história das doenças

Um sintoma dessa naturalização dos objetos históricos pode ser ilustrado por algumas abordagens históricas mais sofisticadas no âmbito das ciências psicológicas e psiquiátricas⁶. Para além de uma abordagem organicista, que concebe o fenômeno da loucura como um mau funcionamento fisiológico, pesquisadores dessas áreas beberam na melhor fonte das ciências sociais; ora flertando com conceitos sociológicos, ora com os melhores instrumentais da

⁶ Sobre algumas dessas abordagens, ver: FRAYZE-PEREIRA, João. **O que é loucura?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002.

antropologia cultural, e assim puderam elaborar conceitos que além de não reduzirem o fenômeno da loucura ao desarranjo orgânico, também não puderam mais pensá-lo como algo fixo no tempo. Nesse sentido, surgiu uma nova especialidade: a etno-psiquiatria. Esta nova área passaria então a pensar a doença mental como um fenômeno cultural. Ou seja, a loucura estaria subordinada a rede de signos, de sentidos tecidas pelos homens através dos tempos. Assim para cada época haveria uma noção de normalidade e de patológico que definiria o perfil das diversas “loucuras”. Tal abordagem era uma espécie de quebra dos cânones mais clássicos das abordagens psiquiátricas e psicológicas, pois a loucura deixava de ser algo em si mesmo para tornar-se social. E desse modo, foi que eles começaram a enxergar que a loucura da Antiguidade não era a da Idade Média, nem tão pouca a dos tempos modernos, muito menos da contemporaneidade. Chegava-se enfim, quase a constituição de uma lei: cada época tem sua própria noção de normalidade e de desvio, ou melhor, a loucura seria além de cultural, histórica.

Não resta dúvida que esse tipo de abordagem renovada, não apenas flexibilizou a maneira de olhar a loucura teoricamente, como também trouxe avanços significativos na maneira de lidar com os portadores dessa patologia, e assim forneceu diversos instrumentos de luta locais no “desmascaramento” das relações do poder e do controle da psicologia, e principalmente da psiquiatria. No entanto, esse tipo de interpretação padece de alguns problemas. Na esteira da interpretação sociológica durkheimiana, a etno-psiquiatria buscando relativizar a doença mental ao torná-la cultural, não impediu que o tiro saísse pela culatra, pois tal “relativismo” (também pretensamente histórico) se tornara um princípio a-histórico (universal). Pois dotara todas as culturas e temporalidades com a noção de normalidade e de anormal, conceitos modernos surgidos no desfecho do século XVII (que aqui se tornam universais e parâmetros das investigações). Além do mais, concebera a loucura como uma doença mental, algo que muito mais que uma constante ao longo do tempo é o resultado de um processo histórico na Europa do século XVII-XVIII; ou seja, tais conceitos, no bom vocabulário veyniano⁷, fazem parte de objetivações históricas determinadas correlatas de certas práticas.

Nessa breve exposição tem-se um grave entrave epistemológico e teórico: conceber os objetos (nesse caso normalidade e patológico) como eternos que iriam recebendo novas versões. É dessa forma, que muitos conceitos que são bem recentes podem destruir realidades passadas, não levando em consideração os engodos e as preocupações de cada época histórica. Assim se sobrevoaria os terrenos históricos, ancorados em certezas preestabelecidas que desmascarariam as falsidades e as ideologias de cada tempo. Diante disso, como sair desse impasse?

⁷ Referência ao historiador francês Paul Veyne.

Michel Foucault por Paul Veyne

Em 1978, em uma leitura original⁸ da obra do filósofo Michel Foucault, Paul Veyne se depara com os obstáculos epistemológicos (semelhantes aos supracitados) ao refletir sobre os objetos históricos. Para ele, a estatura filosófica de toda a obra de Foucault estaria na veemência e na radicalidade da negação dos objetos “naturais”. E nesse projeto de “desconstrução” há toda uma crítica a conceitos caros a historiografia de então: o ideal teleológico (tudo o que fazemos é numa tentativa de atingir um alvo); a questão da unidade; o primado da verdade, o motor da história, etc. Nessa filosofia (tão pertinente ao historiador) se dá primazia às relações, como meio de saída tanto das filosofias do sujeito quanto dos objetos. O problema da unidade se esvaece com uma apologia da multiplicidade, em que o Uno é desmascarado através da historicidade das origens, dos objetos e dos princípios.

Dentre inúmeros casos históricos analisados (mesmo que brevemente) por Paul Veyne em seu texto, destacamos o da loucura, em virtude de nossos interesses mais imediatos com a proposta do presente artigo. A questão da doença mental seria um acontecimento, emergindo em dado momento (mais precisamente entre os séculos XVII e XVIII na Europa), assumindo contornos específicos e se constituindo como ruptura com o passado. O grande problema dos historiadores tradicionais ao se confrontarem com tais conceitos seria cair na tentação dos transbordamentos históricos: imediatamente ao se depararem com uma invenção recente (aqui a doença mental) vê-la em todas as temporalidades mesmo que travestida de diferentes roupagens, como um *sempre-já-ali* existente à espera de seu desvelamento, em que a única maneira de não percebê-la seria o atraso, a ignorância e as ilusões dos homens passados, com suas visões de toupeira ante as coisas. Assim, a loucura como doença mental não existiria para Paul Veyne. No sentido de que o que existe são objetivações, práticas determinadas de toda a história que propicia a emergência dessa loucura-doença mental. Entretanto se poderia objetar essa análise, através do apelo à matéria. Muitos psiquiatras poderiam contraditar Veyne: mas o desarranjo neural sempre esteve lá como testemunho da existência universal da loucura como uma doença mental. Veyne responderia: A matéria da loucura existe, mas não como loucura. Assim, não é que neguemos os referentes pré-discursivos (esse historiador não cairia nas ciladas

⁸ Para conhecer com mais profundidade essa leitura, ver: VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Ed. Unb, 1998. p. 236-284.

da virada linguística⁹, em sua presunção de transformar o mundo em uma mera construção conceitual), mas sim enfatizarmos que eles não definem os objetos, mas constituem a materialidade que funcionaria como uma espécie de ancoradouro tanto das práticas como dos discursos, e não objetos naturais, alvos para uma teleologia.

E nessa historicização dos objetos há no mesmo lance uma crítica mordaz à noção de progresso e de verdade, ao ressaltar que o ponto nodal de uma época não seria o mesmo para outro tempo. Assim é que Paul Veyne anuncia a novidade perturbadora trazida pelas reflexões de Foucault, que radicaliza a própria percepção da historicidade dos objetos trabalhados pelo saber histórico. Dessa forma, o cunho revolucionário do filósofo francês para a história seria que ele fazia a história do objeto (loucura, medicina, sexualidade, corpo, etc.), enquanto a maioria dos historiadores divergia e se questionava quanto à história de um objeto.

No campo da história da saúde e da doença as pesquisas sobre a história da lepra (em vários casos) padecem da naturalização dos objetos, da forma como temos exposto. É recorrente nesses estudos distinguir a lepra na Antiguidade, da lepra moderna (cunhada cientificamente como doença de Hansen, no Brasil como Hanseníase) e em grande medida aquela serve como um pano de fundo explicativo desta. A relação que se estabelece entre a doença antiga (lepra) e a moderna (hanseníase) é a dos transbordamentos históricos (LE GOFF, s/d, p. 127-144). A análise de um caso concreto será esclarecedora de nossas pretensões teóricas.

Breves reflexões sobre a história da lepra através da abordagem de Stanley Browne

Na década de 1970, o missionário e médico Stanley George Browne lança a importante obra *A lepra na Bíblia: estigma e realidade*. Livro que além de tentar esclarecer a diferença da lepra no contexto bíblico (tanto Antigo como Novo Testamento), da época medieval e dos tempos atuais (séc. XIX e XX) através da filologia, da lexicografia, das pesquisas osteo-arqueológicas e históricas; possui um caráter marcadamente político, pois tem por objetivo “humanizar” o trato com os pacientes portadores da hanseníase ao redor do mundo e se não extinguir, pelos menos minimizar a estigmatização sofrida por eles. Para isso, o autor lança luzes para o passado, focalizando a lepra bíblica na tentativa de esclarecer as origens estigmatizantes dessa doença e a permanência do seu estigma no presente. Stanley Browne tem como pretensão com tal estudo que “[...] informações acuradas cheguem à população e aos formadores de opinião para que se abandonem as mensagens que relacionem a hanseníase à

⁹ Para uma crítica aos extremismos da virada linguística norte-americana, ver: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 81-100; GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

lepra da Bíblia e, com isso, se esgote uma das fontes de significados estigmatizantes sobre a doença e o doente” (BROWNE, 2003, p. 10).

Com esse objetivo é que o autor faz análises filológicas e etimológicas das palavras *tsara'at* (hebraico), *lepra* (grego), *elepahntíases grega* (grego), tendo por parâmetro as características clínicas, epidemiológicas e descritivas da hanseníase. Tudo amparado por pesquisas arqueológicas e históricas, realizadas pelos mais renomados especialistas da área, como Johs G. Andersen, Risdon, Bennet, A. L. Bloomfield e Moeller-Chistensen.

Nessa análise, Stanley chega à conclusão de que o termo original em hebraico *tsara'at* traduzido por lepra para as línguas ocidentais modernas é um conceito genérico, impreciso, mal definido que não se liga a nenhuma doença específica, como a hanseníase por exemplo. O termo em hebraico sugere “[...] aparência desfigurada e aterrorizante de uma superfície – a pele humana, uma vestimenta, couro, ou as paredes de uma casa – que deixa a pessoa ou o objeto cerimonialmente impuros” (BROWNE, 2003, p. 22). Além do seu caráter genérico, impensável para a medicina moderna, as manifestações descritas sob o termo *tsara'at* indicavam um sinal do poder de Deus, ou melhor, do desagrado divino, que tinha como medida “curativa” a purificação dos objetos e das pessoas atingidas por esse mal¹⁰. E fazendo uma comparação da *tsara'at* com a *hanseníase*, Stanley considera que:

Do ponto de vista médico, nenhuma das referências à *tsara'at* inclui sinais e sintomas específicos da hanseníase. Esses sinais são mencionados em oposição, e não a favor da hanseníase. Além disso, não há alusão alguma às características específicas da hanseníase, que são áreas anestesiadas da pele, ulceração progressiva das extremidades, nariz afundado e nódulos faciais. Esses sinais são desvios evidentes da normalidade, que seriam notados por leigos observadores, e de fato foram notados em outros países onde ocorria a hanseníase. (BROWNE, 2003, p. 31)

E para endossar essas constatações o autor recorre às últimas pesquisas arqueológicas, principalmente as realizadas por Moeller-Christensen¹¹, que se debruçaram sobre as alterações ósseas decorrentes unicamente da doença de Hansen, e constata que a partir do exame minucioso de alguns milhares de crânios humanos não foi possível identificar “[...] as mudanças específicas devidas à hanseníase” (BROWNE, 2003, p. 37) e prossegue:

Até o momento não surgiu nenhuma evidência de que a doença existisse nos países e nos tempos do Antigo Testamento. Não se encontrou nenhuma múmia

¹⁰ A purificação consistia na exclusão da comunidade quando eram pessoas, e geralmente a limpeza ou destruição quando fossem objetos.

¹¹ Sobre essas pesquisas, ver: MOELLER-CHRISTENSEN, V. **Boné Changes in Lerposy**, Munksgard; Bristol: Jonj Wright, 1961. & **The history of Syphilis and Leprosy – na osteo-archaeological approach**. Abbotemps. Book, 1969.

mais antiga do que as múmias coptas da coleção núbia, datadas aproximadamente do século 5 da nossa era, que tenha sido vítima de hanseníase. (BROWNE, 2003, p. 37)

Finalizando a análise do termo *tsara'at*, Stanley Browne chega à consideração que de ele é um termo genérico (que possivelmente não incluía a hanseníase) sem um equivalente ocidental moderno, pois “[...] nossa concepção de precisão verbal impede que reunamos em um só conceito a ideia de crescimento de bolor sobre a superfície de objetos inanimados, a profanação ritual e uma doença descamante da pele humana [...]” (BROWNE, 2003, p. 38).

No Novo Testamento, segundo Stanley, o termo que se refere à lepra em nossas traduções bíblicas é também designado por *lepra* (palavra de origem grega), que foi utilizado por estudiosos judeus em mais ou menos 300-150 a.c. para traduzir o termo *tsara'at*. *Lepra* também era um conceito genérico, no entanto se referia apenas a descamação da pele. “[...] uma palavra descritiva, emocionalmente neutra, sem sugestão de impureza ou aviltamento ritual [...]” (BROWNE, 2003, p. 48). Entretanto mesmo existindo um termo médico como *elephantiasis*, foi *lepra* que foi adotada em nossas traduções (e em boa parte pode ser considerada a responsável de uma série de equívocos).

A grande interrogação do autor é saber se o conceito genérico *lepra*, que incluía diversas doenças de pele (psoríase, sarna, vitiligo, etc.), incluía também o que atualmente se chama hanseníase. A resposta não é precisa. No entanto, Stanley acredita ser possível que a hanseníase existisse no tempo do Novo Testamento em países como a Grécia, a Itália e no Norte da África, e talvez nas proximidades do mediterrâneo, e ela se chamava *elephantiasis* (termo corrente no uso médico) conhecida e familiar de médicos como Celsus (53 a.C. até 7 d.C.), Aretaus da Capadócia e Galeno (130-201 d.C.).

Sobre o significado da palavra *lepra* no Novo Testamento, Stanley acredita que ela

[...] esbarra na dificuldade de que a doença era uma deformidade óbvia e visível da pele das pessoas, e que o paciente, o sacerdote e as pessoas comuns notariam o seu desaparecimento. A lepra no Novo Testamento não afeta objetos inanimados como roupas ou as paredes das casas, e quando ela deixa o corpo não há dúvidas de seu desaparecimento; a realidade da purificação é comprovada pela evidência da cura [...]. (BROWNE, 2003, p. 50)

Já na Idade Média o termo inglês *leprosy* (lepra) também era um conceito genérico que incluía as doenças de homens, de animais, de plantas, além dos fungos em vegetais em geral, dos bolores de ambientes úmidos, etc. E mais, sob essa denominação estava também a mendicância, a indigência e a indulgência sexual (vista como uma praga, uma pestilência ou epidemia). Segundo Stanley, a hanseníase já era conhecida no período medieval e também já era nativa em 1096-1200. Nesse período a expressão *Leprosi animi* se remetia “[...] a pessoas

consideradas doentes e impuras de alma por terem pecado contra Deus e que por esse motivo eram excluídas da missa. Os acometidos de hanseníase do corpo eram excluídos do povoamento e da igreja” (BROWNE, 2003, p. 54).

Mesmo *leprosy* sendo um termo impreciso, com a ajuda das pesquisas arqueológicas de Moeller-Christensen, algumas luzes foram lançadas sobre a questão da lepra na Idade Média. Segundo esses autores:

[...] em cemitérios da Dinamarca e em outros lugares revelam que a maioria dos esqueletos desenterrados apresenta os sinais específicos da hanseníase virchoviana no crânio. Isso significava que, pelo menos na Dinamarca, era possível diagnosticar a hanseníase lepromatosa, e monge devotados prestavam cuidados às vítimas da doença. (BROWNE, 2003, p. 54)

E para finalizar essa discussão, Stanley Browne faz um pequeno balanço da confusão e da associação da hanseníase à lepra bíblica e de suas funestas consequências para os portadores dessa patologia. E ele se interpela qual teria sido o papel da Bíblia sobre a permanência do estigma dessa doença. Para o autor “[...] não é fácil definir o papel da Bíblia na perpetuação do estigma da lepra” (BROWNE, 2003, p. 56), mas “é bom que se admita que às vezes relíquias de superstições e atitudes medievais se justificaram por referência ao código mosaico, bem como pelo fato de se aplicarem os regulamentos da *tsara’at* à lepra” (BROWNE, 2003, p. 56). E mais, historicamente “[...] a transferência, no atacado, de todas as crenças relacionadas a *tsara’at* às vítimas inocentes de uma doença microbacteriana reforçou ainda mais os sérios danos causados aos doentes de hanseníase” (BROWNE, 2003, p. 56). Entretanto, ele acredita ser um erro histórico que o estigma que ronda a lepra seja atribuído unicamente e inteiramente ao ensino bíblico e cristão. Pois muitas outras sociedades e culturas não-cristãs possuem medo e repulsa em relação aos hansenianos, tudo associado a crenças, superstições, tabus e proibições que envolvem a doença na atualidade.

Lendo Stanley Browne pela lente de Foucault e Latour

Isto posto, podemos problematizar algumas das conclusões a que chegou Stanley Browne. Constatações estas que funcionam como um paradigma em vários estudos sobre a história da lepra de um modo particular e dos estudos da história da ciência de um modo geral. A principal, sem sombra de dúvidas, é a maneira de se conceber os objetos de pesquisa.

É admirável a precisão de Stanley em vários momentos em sua pesquisa, na comparação entre os termos *tsara’at*, *lepra*, *elephantiasis* (das suas diferenças), e da percepção de que estes são conceitos distantes da racionalidade contemporânea. E essas distinções conceituais podem

funcionar como uma ferramenta fundamental para os historiadores, na tentativa de se pensarem as várias continuidades, as sobreposições e as descontinuidades nos estudos sobre lepra, e dessa forma investigar as suas consequências práticas. Entretanto, Stanley ainda pensa e trabalha num paradigma tradicional, que assim o impede de pensar a historicidade das coisas.

Uma questão fundamental que está no cerne dessa pesquisa (na de Stanley) é saber por que a hanseníase é utilizada como um parâmetro absoluto (perdendo o seu caráter histórico). Ou seja, como uma doença que só foi descoberta-inventada-construída e descrita por Danielssen e Boeck em 1847 como uma entidade clínica distinta de muitas outras doenças (até então confundidas com ela) e “percebida” por Gerhar Amauer Hansen como possuindo como agente etiológico o *Mycobacterium Leprae* (o organismo vivo presente em todas as lesões dessa enfermidade) em 1874, foi encontrada em múmias coptas do século V de nossa era, na Idade Média?¹²

Essa problemática radicaliza, mas no bom sentido, a maneira de Foucault de pensar os objetos históricos, já que esse pensador no geral teve como preocupação principal investigar a constituição histórica dos sujeitos humanos (construir uma ontologia do presente), e com isso elaborou severamente uma crítica aos saberes que tomou o homem por objeto. Entretanto ao nos depararmos com a lepra – como fenômeno biológico – saímos da dimensão humana e entramos no reino da natureza. Assim, como historicizar um fato da natureza? Paul Veyne no seu livro sobre Foucault ao falar da loucura já ensaiara, com seus maravilhosos *insights*, algumas explicações (já expostas anteriormente neste artigo), porém os mais astutos poderiam contra-argumentar o historiador francês, defendendo que em virtude da natureza, sobretudo moral da doença mental a sua historicização poderia até ser pertinente, já com a lepra (ou hanseníase) estaríamos fundamentalmente lidando com um fenômeno natural, sem apelo a qualquer historicidade, ou seja, contra a natureza não haveria argumentos (seria o fim das discussões) e dessa forma a abordagem de Stanley Browne estaria correta.

Partilhando de vários pressupostos adotados por Paul Veyne e Michel Foucault na maneira da abordagem histórica, o sociólogo francês Bruno Latour levando-os mais além, dedicou-se em várias de suas obras¹³ a fazer uma história da natureza. Tal abordagem nos serve de caixa de ferramentas para a desnaturalização completa dos objetos, inclusive a do objeto-

¹² Esta problemática é inspirada nos estudos de Bruno Latour, mais especificamente na polêmica aberta por esse pensador ao campo intelectual e científico. Indagando a descoberta feita em 1976 por arqueólogos franceses, que afirmavam que a múmia do faraó Ramsés II teria morrido em 1213 a.C. de tuberculose, o sociólogo francês se pergunta: “Como pode ele ter morrido em virtude de um bacilo descoberto por Robert Koch em 1882?” In. : Ramsès II est-il mort de la tuberculose? **La Recherche**, n 307, p. 84-85, março de 1988.

¹³ A principal delas consiste em: LATOUR, Bruno. **Ciência em ação** – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

hanseníase, utilizado como parâmetro na pesquisa de Stanley Browne; inspiradora, nesse sentido, de boa parte das pesquisas históricas sobre lepra-hanseníase.

Em toda essa discussão, na busca das objetivações históricas não há como não nos aproximarmos da epistemologia, da filosofia da ciência e da *prima distante* da história (dos historiadores), a história da ciência (na maioria dos casos refletida por filósofos).

Dentro dos novos ares que arejou a história das ciências, um dos mais importantes foi o construtivismo social¹⁴. Nessa abordagem, os pensadores ao se defrontarem com uma descoberta, ao construírem sua história, logo dispensavam qualquer fator fora do controle humano, como a natureza, a substância, etc. A ênfase recaía sobre a construção social de uma determinada descoberta, isso não significaria a negação do mundo externo, tais historiadores eram bem precavidos contra as seduções do idealismo, significava evidenciar a maneira do ato de conhecer, através do uso da linguagem, de instrumentos, dos laboratórios utilizados pelos cientistas em suas descobertas. Era uma espécie de contraposição às histórias tradicionais da ciência, que não percebiam a importância do polo do sujeito do conhecimento na construção de seus objetos. Tal metodologia e perspectiva constituem *o princípio da simetria restrita*¹⁵, que através de criativas contextualizações históricas, tentou igualar em suas investigações nos debates das descobertas científicas, os vencedores e os vencidos por meio da análise dos pressupostos, dos conceitos e do arsenal teórico que guiavam os seus olhares sobre o mundo. Ou seja, tanto os cientistas que estavam certos como os errados foram tratados no mesmo pé de igualdade.

Apesar da importância das inovações trazidas pelo construtivismo social, pela história social da ciência, segundo Bruno Latour, essas abordagens orientadas pela *simetria restrita* não levaram em conta na construção dos seus relatos de descoberta o acesso dos cientistas aos fenômenos, às coisas, ou melhor, à natureza. Esta não devia intervir em suas interpretações. E na tentativa de dar um passo a mais, o pensador francês juntamente com M. Callon desenvolveram o conceito do *princípio da simetria generalizada*¹⁶, que é uma forma não simplesmente de igualar “[...] as oportunidades de vencedores e de vencidos, proibindo igualmente aos dois grupos o acesso ao real, mas deixar todos os grupos construírem simultânea e simetricamente sua realidade natural e sua realidade social” (LATOURE, 1995, p. 10).

¹⁴ Dentre os pensadores contemporâneos dessa abordagem destacam-se S. Chapin e S. Schaffer, C. Licoppe.

¹⁵ Para um aprofundamento desse princípio, conferir: BLOOR, David. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

¹⁶ Este princípio pode ser visto com mais detalhes em: LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

A pretensão da formulação do conceito de *simetria generalizada* não é se contrapor ao princípio de *simetria restrita*, e sim expandi-lo tanto à questão da natureza como à da sociedade, e nessa extensão Latour formula outro conceito, ou melhor, um novo objeto, *o coletivo de humanos e não-humanos*. Assim, sua pretensão seria elaborar uma historicização das coisas. Nesse empreendimento, segundo o próprio autor, sempre há o risco de um deslize para o lado do idealismo absoluto, pois nessa historicização os humanos seriam os fabricantes da natureza, assim como da história e da sociedade; alguns poderiam argumentar também que tal postura seria cair nas armadilhas dos extremismos linguísticos: o mundo não passaria de um texto, de um resultado da linguagem; há ainda o inconveniente de ao trazer *os não-humanos* para a história, esta sofrer uma naturalização, onde os relatos das descobertas perderiam importantes componentes, como a imprevisibilidade, o acaso, a incerteza. Como trabalhar com o *coletivo de humano-não humano* sem não flertar com esses três perigos em nossas descrições e investigações históricas? Nossa crítica à abordagem de Stanley Browne sobre o objeto-hanseníase esclarecerá essas questões, além de dar conta da historicidade desse objeto.

Assim, à luz da perspectiva de Latour, o que é criticável na abordagem do autor de *A Lepra na Bíblia* é a concepção da hanseníase como um objeto cristalizado, cuja existência não sofrera alterações em sua trajetória no mundo, ou melhor, em sua existência. E, além disso, esse substancialismo como toda essência é um tirano. Como diz Latour é um monstro com o qual se depara o historiador da ciência. Assim a hanseníase depois de adquirir uma nova manifestação fenomênica no laboratório de Danielsen, Boeck e Hansen em meados do século XIX, ou seja, ser objetivada como uma doença infecto-contagiosa, cujo agente etiológico é o *Mycobacterium Leprae*, ela se encontra nas múmias cooptas do século V a.C., nos nervos dos homens no tempo de Jesus, em algumas localidades da Europa Medieval. A grande questão colocada por Latour em casos dessa estirpe com a qual se depara o historiador é a seguinte: “Como fazer para historicizar a criação de um ser que parece logo transbordar de seu quadro histórico para retornar na totalidade do tempo e se espalhar na totalidade do espaço?” (LATOUR, 1995, p. 13).

Se recorrêssemos à representação nossa tarefa seria mais fácil e convergiria com a grande maioria das análises na área da história da saúde e da doença: Danielsen e Hansen modificaram nossas ideias sobre a hanseníase. Isso seria mais confortável, pois nos restringiríamos ao coletivo humano com suas cosmovisões, suas ideias e representações sobre a doença.

Nossa proposta, nas pegadas de Latour, é perceber o *Mycobacterium Leprae*, agente etiológico da hanseníase, e por isso mesmo o definidor dessa doença, não como uma substância

permanente e persistente no tempo e no espaço nem tampouco definida pelos seus atributos, mas que se apresenta por uma série de verbos e palavras associadas às manobras no laboratório, ou seja, ela se define por um procedimento. Nesse sentido, são os diversos procedimentos no laboratório, como os usos da microscopia, de corantes, tubos de ensaios, etc, que possibilitou a manifestação viva e regular no laboratório de Danielsen-Boeck e Hansen; não de uma nova representação, mas da possibilidade de uma nova manifestação do bacilo da lepra (*mycobacterium leprae*), de uma nova oportunidade de existência, uma oportunidade histórica. Sem esses cientistas o *mycobacterium* jamais seria manifesto e, por conseguinte não existiria a hanseníase. Essa perspectiva não significa cair numa visão construtivista social, que conceberia tal caso como um episódio onde cientistas armados com seus preconceitos, pressupostos, conhecedores da microbiologia, diante da indeterminação dos fatos, os rearranjaram em um conceito. Consiste em uma história das coisas, onde os acontecimentos são definidos por suas relações, em que o bacilo da lepra nos laboratórios de Danielsen-Boeck e Hansen adquiriu uma nova existência, singular, marcada temporal e espacialmente. Nessa história:

[...] de um pesquisador, de uma disciplina, de um laboratório, de uma montagem [...] de uma teoria, não perdemos com isso a substância e seus atributos, mas o sentido da palavra substância vai mudar profundamente se torna a atribuição progressiva de propriedades estáveis atreladas a uma instituição a um nome ligado duravelmente a uma prática, circulando o todo numa rede relativamente padronizada. [...] a substância dotada de atributos oferece um caso particular do acontecimento definido por suas relações, uma certa maneira de estabilizar, de institucionalizar os acontecimentos. Tudo se passa como se os atributos precedessem a uma essência. (LATOUR, 1995, p. 17)

Não estamos mais nem na zona do construtivismo social nem do realismo tradicional (com seu postulado: contra a experiência não há argumentos), duas posturas que sempre foram incompatíveis na história da ciência. Com o princípio da *simetria generalizada* de Latour a escolha de uma dessas modalidades não faz sentido, não precisamos mais nos posicionar ao lado dos construtivistas e das suas formulações que “[...] impõem categorias mais ou menos arbitrárias a uma realidade que jamais se poderá conhecer [...]” (LATOUR, 1995, p. 19) muito menos ao lado da postura da “[...] natureza, dos objetos sem história sempre presentes e que os humanos se contentariam em descobrir” (LATOUR, 1995, p. 19) dos “realistas”. Isso porque o que ocorre na perspectiva de Latour é uma paridade entre o cientista e o laboratório. Danielsen-Boeck e Hansen em seus laboratórios mudam a história do *Mycobacterium leprae*, e por consequência da hanseníase, através desse encontro. O realismo nesse caso não se esvaece, mas

aponta para a importância desses cientistas darem ao agente etiológico da hanseníase uma oportunidade histórica de se manifestar e assim mudar toda a sua trajetória, onde,

O experimentador, homem de conquistas sobre a natureza, se encontra todo o tempo às voltas com fatos que ainda não se manifestaram e só existem, em sua maioria, como potência de devir nas leis naturais. O desconhecido no possível e não no que foi [...] eis seu domínio [...] (LATOUR, 1995, p. 20).

Dessa forma, o bacilo da lepra, agente causador da hanseníase, não precisa mais produzir os transbordamentos históricos, como na abordagem de Stanley, pois ele:

[...] ao longo de sua história, jamais exagera nem sua existência nem seu vazio, nem sua localidade nem sua universalidade. Como as outras entidades, ele persevera no ser, mas, em certos lugares, durante um certo tempo, um pouco com a condição de existir em comum com muitas outras que, elas também, não têm acesso nem à substância nem ao vazio, mas que, nas encruzilhadas “decidem” sua história [...] (LATOUR, 1995, p. 24).

A restituição da historicidade dado à natureza por Bruno Latour através do seu *princípio da simetria generalizada*, tomando como ilustração o *mycobacterium leprae*, não significa uma mudança na modificação desse ser vivo no tempo (como no evolucionismo), mas fazer com que os homens, nesse caso os cientistas, entrem na história das coisas.

Considerações Finais

Esperamos ter demonstrado que conceber o objeto histórico como um acontecimento é adotar a perspectiva de que ele está fundado na experiência, nas práticas humanas, onde a enunciação e a visibilidade estão circunscritas aos limites que o seu tempo colocou. Isso produz um efeito inovador na prática do historiador, que a partir de então deve ter a precaução de perceber que não há nem passado organizado (o ali-sempre-existente) à espera do levantar dos véus para ser desvelado; não há objetos prontos; não há sujeitos determinados; nem fio de continuidade. Dessa forma, não precisamos mais correr atrás de sínteses nem de totalidades, porém explorar a maneira como foi constituída e efetivada a descrição de uma dispersão.

Utilizar Foucault, Veyne e Latour em nossas investigações históricas pode se constituir como um antídoto ao essencialismo e ao substancialismo, ao tratar a história como uma trama, cuja emergência é ao mesmo tempo prática, discurso e uma preocupação histórica. É concebê-la com um caleidoscópio, que apresenta diversos desenhos, onde não se trata mais de “[...] buscar as formas de manifestação de um fenômeno ao longo da história, de partir de objeto ou de sujeito plenamente constituído para ver como havia se manifestado em diferentes formações sociais [...]” (RAGO, 1995, p. 67-82). Trata-se de olhar para as transformações históricas como

práticas em que o todo da história as faz ser, onde a gênese não passa da atualização de uma estrutura, onde estas em sua sucessão explicam-se tanto pela metamorfose das estruturas precedentes como pelas transformações do resto do mundo. Historicizar os objetos é abandonar a encarnação da ilusão idealista de toda a semântica, consistindo em não julgar as coisas a partir das palavras, mas mostrar que ela nos engana, pois assim procedendo não mais incorremos no erro da crença na existência das coisas e de objetos naturais.

O que essa verdadeira revolução copernicana iniciada na historiografia por Foucault, e levada a cabo por Latour nos convida, como diz Paul Veyne, é olhar pro mundo e perceber que “[...] não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o louco: as figuras são o que as configurações sucessivas sobre o tabuleiro fazem delas” (VEYNE, 1998, p. 275).

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- AVILA-PIRES, Fernando D. Saúde, doença e teoria dos sistemas. **Actas do I Congresso Luso-brasileiro de História, Ciência e Tecnologia**. Universidade Évora, p. 606-614.
- BROWNE, Stanley George. **Lepra na Bíblia: estigma e realidade**. Viçosa: Ultimato, 2003.
- BLOOR, David. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FRAYZE-PEREIRA, João. **O que é Loucura?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2002.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- GRISOTTI, Márcia. A construção dos fatos científicos e a existência dos vetores de doenças. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 66/ fev. 2008.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LATOUR, Bruno. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, II (1), 7-26 mar. – jun. 1995.
- LE GOFF, Jacques. **As doenças têm História**. Lisboa: Terramar, sd.

LEAL, Vinícius Barros. **História da medicina no Ceará**. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1979.

LÖWY, I. Ludwik Fleck e a presente história das ciências. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, I (1): 7-18, jul. – out., 1994.

MOELLER-CHRISTENSEN, V. **Boné Changes in Lerposy**, Munksgard; Bristol: Jonh Wright, 1961.

MOELLER-CHRISTENSEN, V. **The history of Syphilis and Leprosy – na osteo-archaeological approach**. Abbotemps. Book, 1969.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de. **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PFUETZENREITER, Márcia Regina. Epistemologia de Ludwik Fleck como referencial para a pesquisa nas ciências aplicadas. **Episteme**: Porto Alegre, n. 16, p. 111-135, jan. / jun. 2003.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP. S. Paulo, 7 (1-2): 67-82, outubro de 1995.

REVEL, Jacques & PETER, Jean-Pierre. **O Corpo – O Homem doente e sua História**. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: Novos Objetos. p. 141- 159.

SOKAL, Alan & BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**: o abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STUDART, Guilherme de. **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

TRONCA, Ítalo A. **As máscaras do medo: lepra e aids**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Ed. Unb, 1998.